

February 2023 | PT

A perspetiva dos cidadãos – 3.ª temporada, 25.º episódio – Uma Europa digital: entre regulamentação e inovação

A inovação digital tem o poder de transformar as nossas indústrias, as nossas sociedades e as nossas vidas. Mas se não for devidamente regulamentada, pode também tornar-se uma ameaça. Neste episódio de «A perspetiva dos cidadãos», fazemos o balanço da transformação digital na Europa. Quão avançada está a UE em comparação com o resto do mundo? Quais são os desafios e as oportunidades que se avizinham? De que forma pode a Europa assegurar e manter a sua competitividade, salvaguardando simultaneamente os direitos e o bem-estar dos seus cidadãos?

Para analisar estas questões e procurar respostas, contámos com a ajuda dos nossos convidados **Tanya O'Carroll**, especialista em tecnologia e direitos humanos, **Jennifer Baker**, uma jornalista residente em Bruxelas especializada em tecnologia, política e legislação digital, e os membros do CESE **Gonçalo Lobo Xavier** (Grupo dos Empregadores), diretor-geral da Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), **Franca Salis-Madinier** (Grupo dos Trabalhadores), vice-presidente do Observatório da Transição Digital e do Mercado Único, do CESE, e **Giuseppe Guerini** (Grupo das Organizações da Sociedade Civil), presidente da Confederação Europeia das Cooperativas Industriais e de Serviços. (tk)

This page is also available in:

- ES
- BG
- CS
- DA
- EN

EDITORIAL



Editorial

Um ano de guerra na Ucrânia

Em 24 de fevereiro de 2022, quando a guerra eclodiu na Ucrânia, o CESE condenou prontamente a invasão injustificada e não provocada da Ucrânia pela Rússia.

Ao longo do último ano, manifestámos a nossa solidariedade com o povo ucraniano de várias formas, apelando para ações firmes, tanto a nível da União Europeia (UE) como dos Estados-Membros. Sinto-me orgulhosa do nosso Comité e do trabalho afincado que realizámos para avaliar as repercussões da guerra nas pessoas e nas empresas ucranianas e europeias, bem como sobre a melhor forma de apoiar a Ucrânia e a sua sociedade civil.

Já adotámos duas resoluções firmes e uma terceira deverá ser adotada na reunião plenária de fevereiro. A primeira resolução, de março de 2022, dizia respeito ao impacto económico, social e ambiental da guerra. A segunda, adotada em junho, procurou concentrar-se no futuro, debruçando-se sobre a ajuda no pós-guerra e a reconstrução da Ucrânia. Em particular, o CESE defendeu que a UE devia conceder o estatuto de país candidato à Ucrânia, estatuto esse que o Conselho acabaria por confirmar poucos dias depois. Abrimos também as nossas portas a representantes de organizações da sociedade civil ucraniana, como a Promote Ukraine, disponibilizando espaço para escritórios e apoio logístico e administrativo.

A guerra na Ucrânia continuará a ser uma questão prioritária para a Europa. Esperamos poder começar em breve a trabalhar na reconstrução da Ucrânia, um processo que se quer sustentável, transparente, ecológico e digital e que terá necessariamente de associar, de forma genuína, os parceiros sociais e outras organizações da sociedade civil.

Para além do sofrimento profundo, da tristeza, da revolta e da dor palpáveis – sentimentos que importa reconhecer e aos quais não somos insensíveis –, sinto-me profundamente tocada pela força do povo ucraniano, pela sua esperança, coragem e resiliência. Assistimos também a pessoas, empresas e comunidades de toda a Europa a mostrar o seu apoio e solidariedade com o povo ucraniano.

No debate realizado na reunião plenária do CESE em janeiro, Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu, declarou: «A Ucrânia está a lutar incessantemente pela democracia, pela liberdade, pela justiça. E também por nós.» Não podia estar mais de acordo. A Europa só estará segura com uma Ucrânia livre e democrática!

Christa Schweng
Presidente do CESE

AGENDA

28 de fevereiro de 2023, Bruxelas

Conferência das Partes Interessadas na Economia Circular

1 a 3 de março de 2023, Bruxelas

Jornadas da Sociedade Civil 2023

22 e 23 de março de 2023, Bruxelas

Reunião plenária do CESE

23 e 24 de março de 2023, Bruxelas

«A tua Europa, a tua voz» 2023

DIRETO AO ASSUNTO

Na nossa coluna «Direto ao assunto», solicitámos a **Stoyan Tchoukanov** que destacasse os elementos principais do Parecer – Revisão da Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas. (ehp)



STOYAN TCHOUKANOV: «FOMOS LONGE DE MAIS COM A POLUIÇÃO!»

No seu parecer, o CESE exorta as instituições europeias a encararem a água como uma prioridade e a elaborarem um «Pacto Azul da UE», que constituirá um esforço decisivo para antever as necessidades, preservar os recursos hídricos e gerir adequadamente os desafios que lhes estão associados, através de um roteiro abrangente e coordenado.

A água potável, sendo um dos recursos mais preciosos que temos, é fundamental para o funcionamento dos ecossistemas e da nossa sociedade, bem como para a atividade socioeconómica. Desde 2022, quando vários estudos científicos demonstraram pela primeira vez a presença de microplásticos no sangue humano e no leite materno, é óbvia a necessidade de agir com urgência e firmeza. A poluição foi longe de mais, mas não sabemos ao certo até que ponto, e o nosso conhecimento é ainda muito incipiente.

A proposta de diretiva relativa ao tratamento de águas residuais urbanas é muito construtiva e está bem estruturada. Tem o potencial de atualizar a regulamentação da UE, incidindo nas fontes remanescentes de águas residuais não tratadas e nos novos poluentes, bem como melhorando os aspetos do tratamento de águas residuais relativos à energia e à economia circular, em conformidade com o Pacto Ecológico e a digitalização da Europa.

A proposta alarga o âmbito de aplicação da diretiva de modo a abranger aglomerações com mais de mil equivalentes de população, o que significa que as cidades pequenas também terão de recolher e tratar as águas residuais urbanas, podendo, para tal, solicitar financiamento da UE.

O CESE apoia firmemente a aplicação do princípio do poluidor-pagador com vista a assegurar serviços de abastecimento de água a preços acessíveis e a cobrir o custo de remoção de micropoluentes das águas residuais. O escoamento urbano e as descargas da rede de coletores são focos de poluição, contendo genes de resistência antimicrobiana, resíduos de produtos farmacêuticos e substâncias tóxicas que põem em risco a vida aquática e a saúde humana e que, por conseguinte, devem ser recolhidos e devidamente tratados antes de serem descarregados nas águas recetoras.

No nosso parecer exortamos as instituições europeias a incluírem as águas residuais numa visão mais alargada, a começarem a encarar a água como uma prioridade e a elaborarem um «Pacto Azul da UE», que constituirá um esforço decisivo para antever as necessidades, preservar os recursos hídricos e gerir adequadamente os desafios que lhes estão associados, através de um roteiro abrangente e coordenado que estabeleça metas ambiciosas e ações vinculadas aos marcos intercalares acordados.

«UMA PERGUNTA A...»



Uma pergunta a...

Nesta edição, conversamos com **María del Carmen Barrera Chamorro** sobre outro aspeto da espinhosa questão energética, já abordada no mês passado.

María del Carmen Barrera Chamorro é membro do CESE e relatora de um novo parecer sobre a política energética e o mercado de trabalho. (ehp)



Maria del Carmen Barrera Chamorro: Por uma transição energética que crie emprego

Boletim CESE Info: Que impacto tem a transição energética no emprego, nas regiões em transição, e quais são as propostas do CESE nesta matéria?

Maria del Carmen Barrera Chamorro: Os resultados têm sido muito diferentes, com experiências bem-sucedidas, mas também muitos fracassos. No entanto, é fundamental assegurar o êxito da transição energética no que diz respeito ao emprego. Sem garantias de emprego sustentável, proteção social e apoio às empresas para a transição, é impossível assegurar um futuro competitivo e saudável na Europa.

O CESE considera que os planos territoriais de transição energética devem ser acompanhados de convenções ou acordos adequados para uma concertação social justa, assentes na criação e na manutenção de empregos sustentáveis e de qualidade e no apoio às pessoas enquanto condições necessárias para a conceção, execução e avaliação das medidas previstas, incluindo os fundos obtidos para fomentar a

transição energética.

Importa também integrar melhor as políticas de emprego na legislação em matéria ambiental e de energia e nas respetivas políticas, criando incentivos para um emprego sustentável e de qualidade. É necessário financiamento para partilhar os custos dos processos de restruturação temporários ou permanentes e dos programas de reconversão profissional, a fim de melhorar a empregabilidade numa economia descarbonizada.

Cabe ainda complementar estas medidas com políticas de bem-estar social, como garantias de acesso universal aos serviços energéticos, regimes de rendimento de substituição garantido e rendimento mínimo suficiente, entre outras. A integração destas políticas, no âmbito do Plano de Aplicação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, deve assentar sempre no diálogo social e na negociação coletiva.

O reforço do investimento público e privado, bem como das políticas de compensação social, é também vital, tendo em conta os efeitos negativos na competitividade das empresas da UE, nomeadamente nas pequenas e médias empresas, bem como nos agregados familiares mais vulneráveis.

Por último, é necessária uma política de coesão renovada, que privilegie a interligação entre a transição energética, os mercados de trabalho e o desenvolvimento regional. Tal requer mecanismos de acompanhamento e avaliação da utilização adequada dos fundos, a fim de reforçar o papel dos órgãos de poder local e regional e dos parceiros sociais.

ADIVINHE QUEM É O NOSSO CONVIDADO



A convidada surpresa

Tetyana Ogarkova, jornalista e ensaísta ucraniana, especialista em literatura, vive em Kiev. Em 2022, no âmbito da nossa edição especial sobre a Ucrânia, foi a nossa primeira convidada a explicar a tragédia da guerra no seu país. Hoje, em fevereiro de 2023, um ano após o início da agressão russa contra a Ucrânia, partilha connosco as suas reflexões sobre a experiência de morte e sofrimento vivida ao logo do último ano e o seu impacto duradouro na alma coletiva dos ucranianos.



Tetyana Ogarkova: «O dia da vitória chegará, mas em nada se assemelhará a 23 de fevereiro de 2022»

Em 24 de fevereiro de 2022, a vida de milhões de ucranianos foi profundamente abalada. Hoje, quando proferimos a palavra «vitória» imaginamos um regresso à vida de antes: a um dia normal, a um dia de paz, a um 23 de fevereiro de 2022, digamos.

Mas não. Para nós, nenhum dia voltará a ser como esse 23 de fevereiro. Jamais os nossos dias voltarão a ser como antes.

Caminhámos junto às sepulturas na floresta de Izium, na região de Carcóvia. Visitámos aldeias como Kamianka ou Dolyna, entre Izium e Sloviansk, que nos transportaram para um filme pós-apocalíptico, onde uma dezena de pessoas vive nas ruínas das suas casas sem água ou eletricidade. Olhámos nos olhos a mãe de Volodymyr Vakoulenko, um escritor de livros infantis morto por soldados russos na sua aldeia de Kapitolivka, ao lado de Izium. Demorou vários meses a recuperar o corpo do seu filho. Vimos as ruínas de Sviatohirsk e sobressaltámo-nos ao ouvir as detonações na cidade libertada de Quérson, que a Rússia continuava a bombardear enquanto estivemos dentro do museu de arte cujas coleções foram saqueadas pelos ocupantes.

Como podemos imaginar um regresso a 23 de fevereiro face a estas imagens que ficarão para sempre gravadas na nossa memória? «Aqui tive de limpar o sangue do meu sangue», disse-nos uma mulher idosa apontando para a escada de uma casa na aldeia de Bezrouky, na região de Carcóvia. Num belo dia de verão de 2022, uma mina russa levou, num abrir e fechar de olhos, a sua filha, de trinta e oito anos, e a sua neta, de oito, quando a menina lia um livro. Tinha boas notas na escola.

A vitória? Se, em 23 de fevereiro de 2022, nos tivessem mostrado, como num filme, tudo o que nos esperava, teríamos certamente ficado estupefactos, ou tetanizados de terror e provavelmente incapazes de agir. Porém, resistimos a este primeiro ano de guerra, dia após dia, intensificando constantemente os nossos esforços. Civis, militares, homens, mulheres, pequenos, grandes. Pessoas comuns que demonstraram a sua capacidade para realizar coisas extraordinárias. Alguns juntando-se à mobilização sem serem obrigados a fazê-lo.

Outros pagando os seus impostos e dando cada dia mais em apoio ao exército. Outros ainda dedicando o seu tempo livre a várias atividades de voluntariado, desde a tecelagem de redes de camuflagem até à fabricação de velas para as trincheiras. Os mais pequenos continuaram a ir à escola, onde as aulas são interrompidas pelos alarmes de ataque aéreo, e os jovens à universidade, apesar dos cortes de energia.

Mas ninguém sabe o que nos espera. Sabemos apenas que continuaremos a avançar, todos juntos, dia após dia, rumo à vitória. Porque sabemos muito bem o que acontecerá se baixarmos os braços. As sepulturas de Izium estender-se-ão a Kiev. Levive será bombardeada como Quérson. A central nuclear de Khmelnytsky converter-se-á no alvo das forças inimigas, tal como aconteceu com Zaporíjia. Tudo isto são factos. Vimo-lo e testemunhámo-lo com os nossos próprios olhos.

E quando os fechamos vemos sempre os rostos daqueles que nunca assistirão ao dia da vitória. Iryna Tsvila, a nossa amiga de Brovary, que adorava as rosas do seu jardim. Pegou nas armas em 24 de fevereiro e faleceu dois dias depois a defender Kiev. Mykola Rachok, o meu aluno de literatura que adorava carros e

romances de aventuras. Morreu nos combates perto de Pokrovsk, em julho de 2022. Roman Barvinok, o violinista que tocava Vivaldi em frente ao palácio presidencial na primavera de 2020. Faleceu na frente oriental em agosto de 2022. E tantos outros. Dezenas de milhares de outros.

O dia da vitória chegará. Em nada se assemelhará a 23 de fevereiro de 2022, mas não há nada que não estejamos dispostos a fazer para nos aproximarmos desse dia.



Obrigado aos nossos convidados de 2022

Num momento em que nos aproximamos do primeiro aniversário da agressão em grande escala da Rússia contra a Ucrânia, gostaríamos de agradecer aos jornalistas, escritores e fotógrafos de toda a Europa que partilharam connosco as suas histórias e os seus testemunhos ao longo deste primeiro ano de guerra: **Nadija Afanasieva, Vitaly Portnikov, Olga Czaiko Tetyana Ogarkova, Olena Abramovych, Olga Vegera, Vasyl Kushmus, Kostas Onisenko, Marta Barandiy, Jowita Kiwnik, Slawek Kaminski.** (ehp)

NOTÍCIAS DO CESE



Roberta Metsola e Christa Schweng a uma só voz: competitividade da UE é mais importante do que nunca

Na reunião plenária de janeiro do CESE, os membros do CESE debateram com Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu, a resposta da UE aos desafios geopolíticos. Roberta Metsola concordou com a presidente do CESE, Christa Schweng, que a competitividade, a par de uma maior autonomia estratégica, é fundamental nos tempos difíceis que correm.

Roberta Metsola prestou homenagem ao povo ucraniano pela sua corajosa resistência à agressão russa e salientou que a União Europeia se uniu, como nunca antes, para conceder ajuda financeira, humanitária e militar à Ucrânia. «A Ucrânia está a lutar pela democracia, pela liberdade, pela justiça. E também por nós», afirmou.

Referindo-se ao 30.º aniversário do mercado único, realçou a importância da competitividade: «Temos de regressar ao crescimento e reduzir as nossas dependências, intensificando simultaneamente os nossos esforços para realizar a dupla transição ecológica e digital. A Europa deve tirar partido dos seus pontos fortes e assegurar, a cada dia, que a nossa política comercial ativa traz benefícios aos europeus.»

Para a presidente do CESE, **Christa Schweng**, estes aspetos são essenciais para a prosperidade das pessoas e das empresas na UE: «É um momento decisivo, e só através de esforços coordenados podemos construir com êxito um futuro mais resiliente, justo e sustentável, em que ninguém fique para trás.»

O debate abordou também a resposta da UE a fatores económicos externos, como a Lei de Redução da Inflação adotada pelos EUA, a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, a volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis e os desafios internos, como a falta de mão de obra qualificada, que a Europa enfrenta.

Foi ainda salientado que a sociedade civil tem um papel fundamental a desempenhar na melhoria das políticas europeias e na forma como são aplicadas e que os europeus querem fazer-se ouvir de forma mais eficaz na UE, como ficou comprovado na Conferência sobre o Futuro da Europa. (mt)



Presidência sueca do Conselho em 2023: Ucrânia continua a dominar agenda

Garantir a segurança dos europeus e defender o Estado de direito e os direitos fundamentais: as medidas de gestão de crises serão as principais prioridades para a Suécia, que assumirá a Presidência do Conselho da União Europeia de janeiro a junho de 2023.

No debate realizado em 25 de janeiro de 2023 por ocasião da reunião plenária, a presidente do CESE, **Christa Schweng**, declarou o apoio total do Comité à Presidência: «Este é um período extremamente difícil para assumir a Presidência, uma vez que a UE se confronta com uma guerra terrível nas suas fronteiras. O CESE acolhe com agrado estas prioridades no contexto da agressão da Rússia contra a Ucrânia, porque não podemos deixar que a nossa segurança ou os nossos valores sejam afetados. Estamos com a Ucrânia.»

Jessika Roswall, ministra dos Assuntos Europeus da Suécia, afirmou que a Presidência sueca considera fundamental cooperar estreitamente com as outras instituições e órgãos da UE, incluindo o CESE, manifestando a intenção de manter um contacto estreito e um diálogo aberto.

Referindo a principal prioridade da Presidência, salientou: «A Suécia assume a Presidência num momento em que a União enfrenta desafios históricos. A guerra brutal de agressão da Rússia contra a Ucrânia continuará a dominar a agenda europeia.»

A Presidência sueca trabalhará para defender a unidade europeia e tornar a União mais ecológica, mais segura e mais livre, centrando-se nos seguintes aspetos:

- segurança;
- competitividade;
- transição ecológica e energética;
- valores democráticos e Estado de direito. (mp)



É o mercado único que deve servir os cidadãos, e não o contrário

Para assinalar o 30.º aniversário do mercado único da UE este ano, o CESE organizou, na sua reunião plenária de janeiro, um debate com a comissária Margrethe Vestager para debater formas de superar aquele que poderá ser o maior desafio da próxima geração.

O mercado único é geralmente considerado a maior realização da UE, mas as atuais crises, como as alterações climáticas, a COVID-19 e a guerra na Ucrânia vieram revelar a sua vulnerabilidade a perturbações imprevistas. De que forma podemos concretizar a dupla transição ecológica e digital na UE sem violar os princípios do mercado livre nem prejudicar a competitividade das empresas europeias? A Comissão elaborou um plano para ultrapassar esses desafios, que publicará em fevereiro.

Na sua reunião plenária de janeiro, o CESE propôs soluções concretas para aprofundar o mercado único, recomendando ao mesmo tempo que se dê prioridade à competitividade da Europa. A presidente do CESE, **Christa Schweng**, afirmou: «Só uma Europa competitiva pode criar prosperidade e bem-estar, assim como soluções sustentáveis para os problemas climáticos e ambientais. É fundamental proporcionar às empresas da UE um ambiente favorável à inovação, ao investimento e ao comércio, incluindo condições de concorrência equitativas com as empresas estrangeiras.»

A vice-presidente executiva da Comissão Europeia, **Margrethe Vestager**, reconheceu que a UE precisa de continuar a aperfeiçoar o mercado único, frisando ao mesmo tempo que «a Europa seria completamente diferente se o mercado único não tivesse sido criado há trinta anos».

Um dos temas principais do debate foi a questão dos auxílios estatais para a retoma económica e a dupla transição. Existe um receio crescente de que as economias mais pequenas e o comércio mundial possam

ficar em risco se a ajuda não se limitar a um estímulo a curto prazo.

O debate terminou com intervenções do presidente do Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE, **Séamus Boland**, do presidente do Grupo dos Trabalhadores do CESE, **Oliver Röpke**, e de um membro do Grupo dos Empregadores do CESE, **Felipe Medina.** (tk)



Rede de desenvolvimento sustentável alerta para risco de «década perdida para a Agenda 2030»

Num debate realizado no CESE em 24 de janeiro, concluiu-se que a UE não está a cumprir os objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas. No entanto, há esperança. A UE tem a oportunidade de assumir a liderança, nomeadamente através do apoio financeiro. Cabe ao CESE um papel de relevo na monitorização dos progressos.

Na reunião plenária do CESE realizada em janeiro, teve lugar um debate com **Guillaume Lafortune**, vice-presidente da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, sobre a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Guillaume Lafortune apresentou o relatório de 2022 sobre o desenvolvimento sustentável na Europa, elaborado com o apoio do CESE. Segundo **Guillaume Lafortune**, a UE não está a cumprir os objetivos. Ao mesmo tempo, há menos progressos à escala mundial, particularmente nos países em desenvolvimento, que enfrentam dificuldades de financiamento graves e estão a ficar para trás.

O relatório recomenda à UE que defenda, no âmbito do sistema das Nações Unidas, um plano à escala mundial para reforçar o financiamento internacional para os ODS. **Christa Schweng**, presidente do CESE, subscreveu esta recomendação, salientando a importância de a UE liderar na consecução de transformações de âmbito mundial.

O CESE desempenhará também um papel incontornável na primeira revisão voluntária pela Comissão Europeia dos progressos rumo à consecução dos ODS, em julho de 2023, ao reunir contributos das partes interessadas a este respeito. O CESE recomendou uma abordagem transversal dos objetivos, tendo em conta a natureza interligada dos ODS e das respetivas metas, e propôs o lançamento de uma nova plataforma para promover a participação estruturada da sociedade civil nas políticas relacionadas com os ODS. (gb)



UE deve proibir os produtos do trabalho forçado e defender os direitos humanos

Num parecer adotado na sua reunião plenária de janeiro, o CESE insta a UE a combater todas as formas de trabalho forçado e a tornar-se líder mundial em matéria de direitos humanos.

No seu Parecer – Proibição de produtos do trabalho forçado, elaborado por **Thomas Wagnsonner**, o CESE apoia a proposta da Comissão Europeia de proibir os produtos fabricados com recurso ao trabalho forçado no mercado da União e salienta que é crucial que todos os Estados-Membros da UE ratifiquem o Protocolo de 2014 à Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Trabalho Forçado, de 1930.

O CESE congratula-se também com o facto de a proposta abordar o combate ao trabalho infantil forçado e insta a Comissão a acelerar este processo através da integração, no âmbito de aplicação do regulamento, das convenções da OIT sobre o trabalho infantil.

«É fundamental promover os direitos económicos, sociais, culturais e laborais e, por conseguinte, erradicar todas as formas de trabalho forçado e de exploração para assegurar a liderança da UE em matéria de direitos humanos e democracia a nível mundial», afirmou **Thomas Wangsonner**.

No quadro da prevenção do trabalho forçado, o CESE salienta a importância da cooperação internacional e da consolidação institucional da sociedade civil organizada na nova proposta da Comissão. Recomenda também a elaboração de orientações para apoiar as empresas, bem como a criação de uma base de dados específica com indicadores de risco e um sistema de avaliação comparativa. (mp)



Crise dos preços da energia: UE deve apoiar os consumidores e as empresas

A resposta da UE à crise dos preços da energia deve ter por objetivo proteger todos os agregados familiares e empresas que têm grandes dificuldades em pagar as suas faturas de energia. Essa foi a mensagem principal do Parecer do CESE – Política económica da área do euro para 2023 , adotado na reunião plenária de janeiro.

O CESE apoia a proposta da Comissão Europeia de uma política de proteção com dois níveis para as pessoas mais vulneráveis: até um certo nível de consumo de energia, o consumidor vulnerável beneficiará de um preço inferior ao preço de mercado.

No entanto, previne que a política dos dois níveis deve abranger tanto as pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza como as que pertencem à classe média baixa, as quais, por auferirem rendimentos

reduzidos, também terão dificuldades em pagar as suas faturas de energia a preços de mercado.

O relator do parecer, **Petru Sorin Dandea**, afirmou: «A União Europeia enfrenta problemas sérios neste inverno de 2022-2023. Para proteger realmente os agregados familiares vulneráveis da crise dos preços da energia, a política dos dois níveis da Comissão deve ser inclusiva.»

A fim de impedir a interrupção das atividades empresariais, o CESE apoia a proposta da Comissão de os Estados-Membros recorrerem ao quadro temporário de crise para os auxílios estatais e insta os Estados-Membros a utilizarem todos os meios possíveis para apoiar as empresas, em particular as pequenas e médias empresas.

O Banco Central Europeu utilizou os instrumentos da política monetária para conter o aumento da inflação. No entanto, estas medidas só podem ter êxito se forem coordenadas com a política orçamental dos países da área do euro. (mp)



UE tem de intensificar a cooperação internacional para proteger os oceanos

Reforço da cooperação internacional é fundamental para tornar os oceanos sustentáveis até 2030 e garantir a segurança e a proteção no mar, defende o CESE num novo parecer adotado na reunião plenária de janeiro.

Dada a sua complexidade, a governação dos oceanos não pode ser considerada apenas uma «questão de âmbito marinho», exigindo antes uma abordagem multidisciplinar e integrada para apoiar os responsáveis políticos a todos os níveis.

O impacto humano nos oceanos tem frequentemente origem em atividades realizadas em terra. Uma parte significativa da poluição marinha provém da libertação de resíduos, pesticidas, antibióticos, fosfatos e plásticos, a que acresce o problema dos engenhos explosivos não detonados.

Segundo o CESE, a UE desempenha um papel fundamental na elaboração de legislação e enquanto interveniente no reforço das redes e parcerias a nível mundial, e as diferentes partes interessadas devem ser associadas de forma eficaz e transparente a todas as etapas do processo.

«Embora a UE lidere os esforços em favor dos oceanos, todos os países têm de dar o seu contributo: só desta forma as novas gerações poderão ter o privilégio de continuar a chamar ao nosso planeta "o Planeta Azul"», afirmou o relator do parecer, **Stefano Palmieri**.

A fim de alcançar a neutralidade carbónica até 2050 e de assegurar a sustentabilidade até 2030, a UE deve concentrar-se na adoção de medidas para salvaguardar o bem-estar do ambiente marinho e proteger as unidades populacionais de peixes, que são aspetos vitais para muitas comunidades. (mp)



A segurança não se limita à defesa

Na reunião plenária de janeiro, o CESE debateu a visão da «Bússola Estratégica» da UE para a segurança e a defesa, afirmando que a segurança deve ser entendida em sentido lato, muito para além da defesa militar. A sociedade civil não deve ser um mero espetador em questões de segurança: em tempos de crise pode ter um papel estabilizador, como demonstrado no contexto da guerra na Ucrânia.

Num parecer de iniciativa sobre a Bússola Estratégica da UE, o CESE assinalou a necessidade de definir a segurança da UE de forma mais ampla, uma vez que atualmente este conceito é demasiado restrito. «A segurança ultrapassa a mera defesa militar. Em tempos de ameaças complexas e híbridas, o conceito de segurança deve ser alargado de modo a incluir também aspetos ligados à segurança energética, dos transportes, digital, hídrica e alimentar, à segurança dos cidadãos e à ingerência estrangeira», declarou **Christian Moos**, relator do parecer do CESE.

O parecer defende que, paralelamente ao reforço das capacidades nacionais, ao planeamento da defesa e à aquisição conjunta, a UE deve continuar a investir os seus recursos limitados, antes de mais, em políticas e mecanismos civis que permitam a prevenção de conflitos militares. É neste contexto que a sociedade civil pode fazer a diferença, através das suas redes sociais e económicas, bem como do seu forte potencial para a diplomacia pública e cultural.

O regresso da guerra à Europa com a agressão da Rússia contra a Ucrânia chamou a atenção para as relações entre a UE e a OTAN.

«A UE e a OTAN ainda não esgotaram todo o potencial de cooperação mútua. O reforço do pilar europeu de segurança e defesa implica o reforço da OTAN. Quando falamos de reforço das capacidades de defesa da UE, o objetivo não é a concorrência mas a complementaridade com a OTAN», afirmou o correlator e membro do CESE, **Peter Clever**. (mt)



Nova Estratégia Europeia de Prestação de Cuidados: um teste decisivo para a Europa social

O CESE acolhe favoravelmente a proposta apresentada pela Comissão Europeia para uma estratégia global da UE em matéria de prestação de cuidados que garanta a todos os europeus a possibilidade de acederem a serviços de saúde e de prestação de cuidados de elevada qualidade ao longo da vida.

O CESE saúda as propostas da Comissão para uma Estratégia Europeia de Prestação de Cuidados, considerando-as um passo importante para alcançar uma estrutura de cuidados acessível e com preços comportáveis na Europa que satisfaça as necessidades dos beneficiários de cuidados do nascimento à velhice e apoie todos os prestadores de cuidados independentemente da sua situação profissional.

No parecer, adotado na reunião plenária de janeiro, o CESE apresentou várias recomendações sobre a estratégia e as duas propostas que a acompanham, uma relativa à educação e acolhimento na primeira infância e a outra aos cuidados de longa duração, adotadas pelo Conselho em dezembro.
Além disso, o CESE reiterou a sua recomendação para que seja criada uma garantia europeia para a prestação de cuidados. À semelhança da Garantia para a Juventude da UE, este instrumento contribuiria para assegurar serviços de saúde e de prestação de cuidados de qualidade a todas as pessoas que vivem na UE. Poderá igualmente colmatar lacunas na prestação de cuidados e promover condições de trabalho dignas para os prestadores de cuidados, tanto formais como informais.

«Consideramos que, além das características da disponibilidade, da acessibilidade e da comportabilidade dos preços, os cuidados devem ser inclusivos, sustentáveis e assentes nos direitos humanos. Muitos cidadãos na Europa ainda não têm acesso a cuidados de elevada qualidade», afirmou a relatora do parecer, **Kinga Joó**.

No parecer, o CESE salienta a necessidade de dar prioridade à comportabilidade dos preços e à continuidade dos serviços de prestação de cuidados, em resposta aos choques atuais associados à guerra na Ucrânia, à crise energética e à crise do custo de vida. Além disso, solicita um financiamento adequado do setor dos cuidados e insta os Estados-Membros a assegurar que os empregos no setor sejam atrativos, adequadamente remunerados e valorizados.

«No parecer, adotamos uma abordagem que tem em conta as preocupações expressas pelos intervenientes da sociedade civil e assenta no próprio ideal da Europa social. Destacamos igualmente o papel dos Estados-Membros enquanto pilar principal da Estratégia de Prestação de Cuidados. Se não conseguirmos persuadir os Estados-Membros a responsabilizarem-se pelos problemas indicados no parecer e a resolverem as lacunas dos seus sistemas nacionais, a estratégia não irá longe», afirmou a correlatora **Zoe Tzotze-Lanara**.

Algumas das recomendações principais formuladas no parecer são apoiar as famílias no seu papel fundamental de prestação de cuidados, fazer sem demora o levantamento das necessidades e realidades dos cuidadores familiares e informais, assegurar a igualdade de género nos cuidados formais e informais e melhorar a proteção dos direitos de todos os prestadores de cuidados, independentemente do seu estatuto de migrante ou de residente. (ll)

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



Plano Industrial do Pacto Ecológico: um projeto incompleto que deve dar lugar a uma estratégia para a competitividade

Por Stefano Mallia, presidente do Grupo dos Empregadores do CESE

A proposta da Comissão afigura-se incompleta e deve ser integrada numa visão a longo prazo para a competitividade.

Em 1 de fevereiro de 2023, a Comissão Europeia apresentou a sua primeira resposta ao pacote climático sem precedentes apresentado por Joe Biden, presidente dos EUA: a Lei da Redução da Inflação (Inflation Reduction Act, IRA), que apoia a indústria dos EUA com um valor recorde de 369 mil milhões de dólares em subsídios. A proposta da Comissão satisfaz vários requisitos: estabelece um quadro regulamentar previsível, assegura o acesso ao financiamento e a formação de uma mão de obra com qualificações adequadas e define uma agenda de comércio aberto. No entanto, após uma primeira avaliação, os empregadores da UE consideram que ainda existe muito trabalho por fazer se queremos alcançar a competitividade a longo prazo.

Em primeiro lugar, é preciso não esquecer o outro elemento da equação da transição ecológica: a transição digital.

Em segundo lugar, deve notar-se que os subsídios, por si só, não resolvem as dificuldades. O verdadeiro problema que a Lei de Redução da Inflação coloca não é apenas o montante dos subsídios, que, na realidade, é inferior ao do orçamento da UE conjugado com os vários fundos, mas sim o facto de os subsídios surgirem num contexto de baixos preços da energia nos EUA. É a combinação destes dois fatores que torna a Lei de Redução da Inflação um problema para a Europa. Se acrescentarmos a esta situação a produtividade comparativamente baixa das indústrias da UE, enfrentamos efetivamente uma situação muito perigosa para a economia europeia. As subvenções já criaram divisões entre os países da UE e, em última análise, conduzirão à fragmentação do mercado único, a corridas prejudiciais e ao enfraquecimento do desenvolvimento regional.

Em terceiro lugar, o plano da Comissão parece assentar numa abordagem antiquada de «escolha de beneficiários». Aponta para um cenário em que os decisores políticos estabeleceriam objetivos em matéria de capacidade industrial, com base numa análise setorial e tendo em conta o conjunto das cadeias de abastecimento e de valor, determinando assim quais as empresas a favorecer pelo apoio regulamentar e financeiro. A expressão «setor das tecnologias limpas» é arbitrária, pois a transição ecológica abrange todos os setores e tipos de empresas.

Todos nós sabemos que o verdadeiro problema reside na competitividade. É urgente recuperar o atraso e a transição para a economia verde proporciona-nos essa oportunidade. Mas, para que isso aconteça, a competitividade e a criação de emprego devem tornar-se um modo de vida e um elemento central da elaboração de políticas da UE. É por estes motivos que os empregadores da UE defendem uma estratégia para a competitividade.



Um diálogo social forte para uma Europa verdadeiramente social

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

O Grupo dos Trabalhadores do CESE congratula-se vivamente com a iniciativa de diálogo social publicada recentemente pela Comissão Europeia, na medida em que transmite um sinal forte aos trabalhadores e aos cidadãos da UE que enfrentam, atualmente, uma grave crise de custo de vida.

Os acordos entre os parceiros sociais sobre salários e condições de trabalho justos podem constituir medidas sólidas para atenuar o impacto da inflação nas famílias trabalhadoras, tal como aconteceu durante a pandemia, em que a negociação coletiva na Europa possibilitou regimes de tempo de trabalho reduzido, teletrabalho e protocolos de saúde e segurança e abriu caminho a uma recuperação mais justa.

É por isso que o diálogo social e a negociação coletiva estão na base do modelo social europeu e são um elemento essencial da democracia e do crescimento económico sustentável, devendo ser preservados como tal.

No entanto, o diálogo social está longe de ser uma realidade em toda a Europa, uma vez que, nalguns Estados-Membros, os parceiros sociais carecem de capacidade de organização e as novas formas de trabalho, como o trabalho nas plataformas digitais, têm menos probabilidades de ser representadas. A percentagem de trabalhadores abrangidos por convenções coletivas ao nível nacional tem diminuído significativamente nas últimas décadas.

Por conseguinte, a iniciativa da Comissão Europeia é acolhida com muito agrado enquanto passo na direção certa, ainda que seja necessário esclarecer melhor qual o papel dos Estados-Membros na criação de mecanismos vinculativos para a participação dos parceiros sociais. (mg)



Criar competências para um mercado de trabalho acessível a todos

Por Ioannis Vardakastanis, vice-presidente do Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE

O Ano Europeu das Competências deve ser uma oportunidade para colmatar lacunas, um ano para eliminar os obstáculos que impedem muitas pessoas na UE de encontrar empregos de qualidade e gratificantes. Numa altura em que a mão de obra é cada vez mais escassa na UE, é mais do que nunca importante colocar a tónica na exploração do potencial das pessoas que com demasiada frequência estão excluídas do mercado de trabalho aberto, investindo em competências.

O desenvolvimento de competências que correspondam às necessidades dos mercados de trabalho atuais e futuros terá, evidentemente, de ter em conta a crescente digitalização das nossas economias. Para tal, haverá que colmatar o défice de competências digitais, nomeadamente em grupos como as pessoas com deficiência e as pessoas mais velhas que permanecem ativas no mercado de trabalho. Nas nossas

sociedades modernas, a literacia digital não é apenas um instrumento que ajuda as pessoas a encontrar o seu lugar no mercado de trabalho. É também uma condição essencial para viver de forma independente, que não deve ser vedada a ninguém.

No entanto, a promoção de competências com vista a preparar as nossas economias para o futuro não deve depender demasiado das competências digitais. O Ano Europeu das Competências deve também ser uma plataforma para promover a importância e o valor do emprego nos setores técnico, profissional e do trabalho manual. As competências necessárias nestes setores, bem como as funções cruciais que desempenham nas nossas sociedades, têm sido, há demasiado tempo, subvalorizadas. Uma vez que a transição ecológica constitui uma pedra angular do plano da UE para transformar a sua economia nos próximos anos, torna-se indispensável dispor de conhecimentos manuais e técnicos para realizar uma verdadeira transformação. Para o efeito, muitos trabalhadores terão de passar por uma reconversão profissional, devendo aproveitar-se essa oportunidade para chegar também a pessoas tradicionalmente excluídas do mercado de trabalho e desenvolver as suas competências.

SOON IN THE EESC/CULTURAL EVENTS



Jornadas da Sociedade Civil 2023

As Jornadas da Sociedade Civil deste ano analisam o papel fundamental desempenhado pelas organizações da sociedade civil para assegurar e salvaguardar a coesão social e a democracia resiliente na Europa.

A Europa enfrenta desafios urgentes e sem precedentes: uma guerra no seu território, a recuperação da crise da COVID-19, uma crise energética que vem baralhar as regras do jogo, e uma série de ameaças ao seu modelo democrático num mundo em rápida transformação e cada vez mais digital. São estas ameaças aos valores e à própria existência da democracia que, durante as Jornadas da Sociedade Civil 2023, estarão no centro de um debate aberto e inclusivo, que abordará questões como:

- Quais são as nossas expectativas relativamente ao futuro da democracia participativa e deliberativa?
- Como democratizar a economia europeia?
- Quais devem ser as formas de financiamento da sociedade civil?
- Que significado têm os direitos digitais para os cidadãos?
- De que competências devemos dispor para melhorar a participação democrática?

Junte-se a nós no CESE e participe, juntamente com as partes interessadas e as instituições europeias, no debate sobre o papel fundamental que a sociedade civil organizada desempenha, na qualidade de agente

de mudança, para ultrapassar a crise atual.

Pode obter mais informações e inscrever-se aqui. Siga-nos no twitter @EESC_LiaisonG #CivSocDays.



Preparativos para «A tua Europa, a tua voz»: estudantes acolhem membros do CESE

Em fevereiro e março, os membros do Comité Económico e Social Europeu visitam trinta e cinco escolas dos Estados-Membros da UE e de sete países candidatos, a fim de as preparar para o evento «A tua Europa, a tua voz», a assembleia de jovens que se realizará em Bruxelas, em 23 e 24 de março de 2023.

Este ano, realiza-se a 14.ª edição do evento do CESE «A tua Europa, a tua voz» destinado aos jovens, novamente em formato presencial após uma pausa de três anos devido à COVID-19. O evento, subordinado ao tema «Diálogos com a juventude sobre a democracia», visa ajudar os jovens a compreenderem o significado dos valores europeus e da cidadania ativa numa democracia participativa.

Os membros do CESE, que atuam como mentores dos estudantes nesta iniciação prática à democracia representativa da UE, estão agora a visitar as escolas selecionadas nos respetivos países (nas fotografias, o **vice-presidente do CESE, Cillian Lohan**, com alunos da escola do seu país, Irlanda).

Os estudantes, entre os 16 e os 18 anos, virão, em seguida, a Bruxelas, em março, e participarão em ateliês e grupos de trabalho para chegarem a um consenso.

As suas propostas para fomentar a participação dos jovens e a cidadania ativa serão posteriormente apresentadas às instituições europeias e a decisores e representantes políticos de alto nível europeus. Este evento para a juventude visa sensibilizar para a forma como grupos de interesses distintos chegam a acordos sociais.

O evento final terá lugar em 23 e 24 de março. Os oradores incluirão:

- **Christa Schweng**, presidente do CESE
- **Cillian Lohan**, vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação
- **Kira Marie Peter-Hansen**, **a representante política mais jovem jamais eleita para o Parlamento Europeu** (Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia), vice-presidente da Subcomissão dos Assuntos Fiscais
- **Ismael Páez Civico**, membro do Conselho de Administração do Fórum Europeu da Juventude
- **Themis Christophidou**, diretor-geral, DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura da Comissão Europeia

Para mais informações sobre a edição de 2023 de «A tua Europa, a tua voz», consulte o sítio Web. (ab)

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição

Millie Tsoumani (mt)
Daniela Marangoni (dm)
Daniela Vincenti (dv)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Giorgia Battiato (gb)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katerina Serifi (ks)
Katharina Radler (kr)
Laura Lui (ll)
Marco Pezzani (mp)
Margarita Gavanas (mg)
Margarida Reis (mr)
Pablo Ribera Paya (prp)
Thomas Kersten (tk)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Giorgia Battiato (gb)

Technical support
Bernhard Knoblach (bk)
Joris Vanderlinden (jv)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. ?Está disponível em 23 línguas.

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.
A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

03/2023